

São Paulo – SP, 30 de março de 2026.

Aos acionistas da  
**HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A**

Senhores Acionistas,

A Administração da **HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Em atendimento ao Art. 50 da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021, informamos que a empresa Audifactor Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2025 e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Atenciosamente,

**HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A**  
*Diretor Presidente*  
*Ricardo Batista de Siqueira Xavier*

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A**  
São Paulo – SP

### **Abstenção de Opinião**

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da HUMAITA SECURITIZADORA S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da HUMAITA SECURITIZADORA S/A. pois, devido a relevância do assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

### **Base para abstenção de opinião**

A Companhia não apresentou controles adequados sobre seus registros contábeis relacionados ao exercício de 2025, com ausência de documentação suporte adequada para aplicar procedimentos alternativos satisfatórios.

Adicionalmente, a documentação de suporte referente a receitas e despesas relevantes não estava disponível para exame, o que limitou significativamente a extensão dos nossos procedimentos de auditoria.

Essas limitações são generalizadas e relevantes, afetando substancialmente as demonstrações financeiras como um todo. Consequentemente, não foi possível determinar se ajustes seriam necessários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Blumenau-SC, 31 de março de 2026.

**SIDENI**  
**MORATELLI:6**  
**1317837991**

Assinado de forma  
digital por SIDENI  
MORATELLI:613178379  
91  
Dados: 2026.04.06  
09:06:12 -03'00'

Audifactor Auditores Independentes S/S  
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" SP  
Sidení Moratelli – Sócio Responsável  
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7 "S" SP

**JULIANO DOS**  
**SANTOS**  
**MACHADO:902**  
**71823968**

Assinado de forma digital  
por JULIANO DOS  
SANTOS  
MACHADO:90271823968  
Dados: 2026.04.06  
09:06:25 -03'00'

Audifactor Auditores Independentes S/S  
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" SP  
Juliano dos Santos Machado – Sócio  
Contador – CRC/PR – 051.229/O-8 "S" SP

**Balço Patrimonial do exercócio findo em:**  
(Valores expressos em reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	128	322.515
Duplicatas a receber	6	810.000	
Outros créditos	7	394.525	4.568.988
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>1.204.653</b>	<b>4.891.503</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
Investimentos	8	1.366	1.366
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>1.366</b>	<b>1.366</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.206.019</b>	<b>4.892.869</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo Circulante</b>			
Fornecedores		289.057	5.727
Obrigações tributárias	9	393.416	1.606
Outras Obrigações	10	4.888.501	4.888.501
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>5.570.974</b>	<b>4.895.834</b>
Partes Relacionadas	11	772.775	427.082
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>772.775</b>	<b>427.082</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12	21.600	21.600
Prejuízos Acumulados		(451.647)	(451.647)
Resultado do exercócio		(4.707.683)	
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(5.137.730)</b>	<b>(430.047)</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.206.019</b>	<b>4.892.869</b>

**Demonstração do Resultado do exercício findo em:**

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Receitas Operacionais</b>			
Receita com prestação de Serviço		810.000	
(-) Deduções sobre Receita		(78.313)	(3.042)
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>731.687</b>	<b>(3.042)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>731.687</b>	<b>(3.042)</b>
<b>(Despesas) / Receitas operacionais</b>			
Despesas Gerais e administrativas		(5.439.949)	(402.274)
<b>Total das despesas operacionais</b>		<b>(5.439.949)</b>	<b>(402.274)</b>
<b>Lucro antes do Resultado Financeiro</b>	<b>13</b>	<b>(4.708.262)</b>	<b>(405.317)</b>
Receitas financeiras		4.000	79.490
Despesas financeiras		(3.421)	(1.518)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>14</b>	<b>579</b>	<b>77.972</b>
<b>Resultado antes das provisões</b>		<b>(4.707.683)</b>	<b>(327.344)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(4.707.683)</b>	<b>(327.344)</b>

**Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício Findo em:**  
(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<u>(4.707.683)</u>	<u>(327.344)</u>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<u>(4.707.683)</u>	<u>(327.344)</u>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em:**  
(Valores expressos em reais)

	<b>Capital Social Subscrito</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>21.600</b>	<b>(124.303)</b>	<b>(102.703)</b>
Resultado do exercício		(327.344)	(327.344)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>21.600</b>	<b>(451.647)</b>	<b>(430.047)</b>
Resultado do exercício		(4.707.683)	(4.707.683)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>21.600</b>	<b>(5.159.330)</b>	<b>(5.137.730)</b>

**Demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em:**

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	(4.707.683)	(327.344)
	<b>(4.707.683)</b>	<b>(327.344)</b>
<b>(Aumento)/Diminuição das contas ativas</b>		
- Duplicatas a receber	(810.000)	
- Outros créditos	4.174.463	(4.568.782)
<b>Aumento/(Diminuição) das contas passivas</b>		
- Fornecedores	283.330	5.727
- Obrigações tributárias (exceto IRPJ e CSLL)	391.810	1.422
- Outras obrigações		4.888.501
<b>Caixa proveniente/(usado) nas operações</b>	<b>(668.080)</b>	<b>(476)</b>
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<b>(668.080)</b>	<b>(476)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
- Ingresso de Partes Relacionadas	1.547.057	667.748
- Amortização de Partes Relacionadas	(1.201.364)	(344.786)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>345.693</b>	<b>322.962</b>
<b>Aumento/(Diminuição Líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(322.387)</b>	<b>322.486</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	322.515	29
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	128	322.515

**Demonstração do Valor Adicionado do Exercício Findo em:**

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>I - RECEITA</b>	<b>810.000</b>	
I.2 - Receita com prestação de serviços	810.000	
<b>II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>5.439.949</b>	<b>402.274</b>
<b>III - VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(4.629.949)</b>	<b>(402.274)</b>
<b>IV - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	-	-
<b>V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>(4.629.949)</b>	<b>(402.274)</b>
<b>VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>4.000</b>	<b>79.490</b>
Receita financeira	4.000	79.490
<b>VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>(4.625.949)</b>	<b>(322.784)</b>
<b>VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>(4.625.949)</b>	<b>(322.784)</b>
Impostos, taxas e contribuições	78.313	3.042
Remuneração de capitais de terceiros	3.421	1.518
Remuneração de capitais próprios	(4.707.683)	(327.344)

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025.**

**1) Contexto Operacional**

---

A **HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A**, é uma sociedade anônima de capital fechado criada em 04 de dezembro de 2020, com registro de Companhia Securitizadora na categoria “S1” perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o nº 396, tem por objeto específico a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”) e certificados de recebíveis do agronegócio (“CRA”); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Avenida Nove de Julho, nº 5966, 1º andar, bairro Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo - CEP: 01.406-902, sob o CNPJ 40.760.921/0001-77.

**Contabilidade terceirizada:** Os diretores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para

contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações financeiras, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

## **2) Riscos**

---

### **2.1. Risco de mercado:**

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

### **2.2. Risco de Liquidez:**

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

### **2.3. Política anti-inflacionária:**

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material

desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

**2.4. Risco institucional:**

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

**2.5. Risco fiscal:**

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2026 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

**2.6. PIS/ COFINS:**

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2026, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

**2.7. Risco Operacional:**

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

**2.8. Direitos Creditórios:**

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

**2.9. Risco de Crédito:**

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. A Companhia procura não possuir concentração de crédito de clientes, visando a diversificação da carteira de clientes e contínuo acompanhamento dos prazos da carteira de crédito. Para assegurar o recebimento dos clientes, a Companhia realiza o acompanhamento da atividade financeira por intermédio de consultas e gerenciamento junto aos órgãos de proteção de crédito, além de cobrar as garantias constituídas.

**2.10. Inadimplência:**

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Conseqüentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

**3. *Apresentação das Demonstrações Financeiras***

---

**Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas

adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias registradas na CVM.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC e Demonstração do Valor Acumulado – DVA. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como do final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- CPC 24 – Evento subsequente
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações financeiras
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

**Continuidade:** A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações financeiras, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

**Reforma Tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, introduzindo um novo modelo de tributação baseado em um sistema de Imposto sobre Valor Agregado repartido (IVA dual). O novo sistema é composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, que substituirá o PIS e a Cofins, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, que substituirá o ICMS e o ISS.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamentou parcialmente a Reforma Tributária, instituindo os novos tributos e prevendo, também, a criação do Comitê Gestor do IBS. Posteriormente, a Lei Complementar nº 227/26 disciplinou a implementação prática do IBS, detalhando criação, composição, atribuições do Comitê Gestor e critérios de repartição da arrecadação entre os entes federados.

A Reforma Tributária será implementada de forma gradual, por meio de um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os regimes tributários – antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma Tributária na apuração dos tributos da Companhia, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

#### **4. Principais Práticas Contábeis**

---

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

##### **4.1. Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

##### **4.2. Reconhecimento de receita**

###### **i. Prestação de serviços**

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

###### **ii. Receita de juros**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. **Receita de securitização**

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3. **Reconhecimento de despesas**

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4. **Impostos e contribuições**

i. **Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. **Imposto sobre serviços, Pis e Cofins**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

#### **4.5. Instrumentos Financeiros – reconhecimento inicial e mensuração**

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

#### **4.6. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos**

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

#### **4.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 não identificou ajustes a serem contabilizados.

#### **4.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo

ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**4.9. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**4.10. Informações por segmento**

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

**4.11. Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça, quando necessário, julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e

passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### **4.12. Eventos subsequentes**

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

#### **5. Caixa e Equivalentes de Caixa**

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Bancos – Conta movimento	62	490
Aplicações Financeiras	66	322.025
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>128</b>	<b>322.515</b>

#### **6. Duplicatas a receber**

A conta “Duplicatas a receber” é composta por valores a receber, conforme destacado a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Clientes	810.000	
<b>Total de Duplicatas a receber</b>	<b>810.000</b>	<b>-</b>

## 7. Outros Créditos

A conta “Outros Créditos” é composta por empréstimos com partes relacionadas, adiantamentos a fornecedores e tributos a recuperar, conforme descrito a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Empréstimos com Partes Relacionadas	163.744	22.416
Adiantamento de Dividendos	213.426	
Adiantamento a fornecedores		4.529.378
Tributos a recuperar	17.355	17.194
<b>Total de outros créditos</b>	<b>394.525</b>	<b>4.568.988</b>

## 8. Investimentos

A conta “investimentos” é composta por quotas de cooperativa de crédito, a qual se faz necessário para manter a conta corrente ativa:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Cotas Sicoob	1.366	1.366
<b>Total de Investimento</b>	<b>1.366</b>	<b>1.366</b>

## 9. Obrigações Tributárias

A conta de “Obrigações tributárias” está composta da seguinte maneira:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
ISS a recolher	40.500	
PIS a recolher	5.265	162
IRRF a recolher	76.908	110
CRF a recolher	238.343	339
COFINS a recolher	32.400	995
<b>Total de Obrigações Tributárias</b>	<b>393.416</b>	<b>1.606</b>

## 10. Outras Obrigações

A conta “Outras Obrigações” está composta por valores de Fundo de Despesas dos seus Patrimônios Separados que serão isolados pelo regime fiduciário após a abertura centralizado. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo era de R\$ 4.888.501.

## 11. Partes Relacionadas

A conta “Partes Relacionadas” é composta por adiantamentos realizados, sendo disposto da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Humaitá Consultoria	(550.917)	92.582
CTB Investimentos	-	44.117
Rec. Trans. Patrimonio Separado	305.775	286.403
Base Consultoria	3.980	3.980
Gaja Administração e Participações LTDA	1.000.000	-
North Sea Gestora de Recursos LTDA	13.937	-
<b>Total de Partes Relacionadas</b>	<b>772.775</b>	<b>427.082</b>

## 12. Patrimônio Líquido – Passivo a Descoberto

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), representado por 21.600 (vinte e um mil e seiscentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Prejuízo do exercício/ Passivo a descoberto – No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia obteve um prejuízo no valor de R\$ 4.707.682,05 (quatro milhões, setecentos e sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais e cinco centavos). Em decorrência ao resultado obtido, o saldo de prejuízos acumulados aumentou, totalizando o montante de R\$ 5.159.329,78 (cinco milhões, cento e cinquenta e nove mil, trezentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia finalizou com Passivo a descoberto no montante de

R\$ 5.137.729,78 (cinco milhões, cento e trinta e sete mil, setecentos e vinte e nove e setenta e oito centavos), sendo que a administração da companhia busca reverter esses prejuízos à medida em que a companhia prosperar em suas operações.

### 13. Resultado Operacional Líquido

O Resultado Operacional é composto de receitas de securitização, deduzidas dos impostos e despesas gerais e administrativas, e está assim disposto:

<b>Descrição (em reais)</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>731.687</b>	<b>(3.042)</b>
Receita de prestação de serviços	810.000	
(-) ISS	(40.500)	
(-) COFINS	(32.527)	(2.617)
(-) PIS	(5.286)	(425)
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(5.439.949)</b>	<b>(402.274)</b>
Despesas gerais e administrativas	(5.439.949)	(402.274)
<b>Resultado Operacional Líquido</b>	<b>(4.708.262)</b>	<b>(405.316)</b>

### 14. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>4.000</b>	<b>79.490</b>
Receita de Aplicação Financeira	4.000	79.490
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(3.421)</b>	<b>(1.518)</b>
Tarifas Bancárias	(1.534)	(1.090)
IOF		(167)
Juros e Multas	(1.887)	(261)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>579</b>	<b>77.972</b>

### 15. Instrumentos Financeiros:

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas

demonstrações financeiras considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

*Valorização dos Instrumentos Financeiros:*

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

**Caixa e equivalentes de caixa (nota 5):** os saldos mantidos em contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

São Paulo - SP, 30 de março de 2026.

---

Ricardo Batista de Siqueira Xavier  
**Diretor de Securitização**

---

Vitor Moraes Calil  
**Diretor de Compliance**

---

**WE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**

CNPJ: 3-.342.175/0001-48

CRC PR 009913/ O-1

**Vitor Augusto Bazzo Fagundes**

Contador

CRC PR 076141/ O-7

**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, **Ricardo Batista de Siqueira Xavier**, Diretor de Securitização da **HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.760.921/0001-77, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial sob NIRE 35300621824 **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2025; e (ii) que concorda com as opiniões expressas Relatório dos auditores independentes da Companhia de 31 de março de 2026.

São Paulo - SP, 31 de março de 2026.

**Ricardo Batista de Siqueira Xavier**

*Diretor de Securitização*

**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, **Vitor Moraes Calil**, Diretor de Compliance da **HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.760.921/0001-77, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial sob NIRE 35300621824 **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2025; e (ii) que concorda com as opiniões expressas Relatório dos auditores independentes da Companhia de 31 de março de 2026.

São Paulo - SP, 31 de março de 2026.

**Vitor Moraes Calil**  
*Diretor de Compliance*